

**PARECER Nº**

**/2007-CCJ**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o **OFÍCIO “S” nº 30, de 2007**, do Procurador-Geral da República (Ofício nº 512, de 2007, na origem), que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO, Procurador Regional da República, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público”.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 13 de junho de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senador ALOIZIO MERCADANTE, sobre o OFÍCIO “S” nº 30, de 2007, opina pela aprovação da indicação do Dr. **NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO** para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto no art. 130-A, II da Constituição Federal, por 20 votos favoráveis e 1 voto em branco.

## RELATÓRIO Nº       , DE 2007

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício nº S / 30, de 2007, que comunica ao Senado Federal a indicação do Procurador Regional da República NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

RELATOR: Senador **ALOIZIO MERCADANTE**

É submetida ao exame do Senado Federal a indicação, pelo Ministério Público Federal, do Procurador Regional da República NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do inciso II e do § 1º do art. 130-B, da Constituição Federal.

Consoante dispositivo constitucional acima referido, os membros daquele Conselho (ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais dos membros do *Parquet*) serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, proceder à sabatina dos indicados.

Em obediência aos ditames desse diploma legal, o Doutor NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Nascido em 25 de agosto de 1963, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, o indicado bacharelou-se em Direito, em 1985, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tendo concluído dois cursos em nível de pós-graduação: Especialização em Semiologia Política, com ênfase em Direito, pela mesma universidade, em 1989; e Mestrado em Direito, pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2002.

No Estado do Maranhão, exerceu a advocacia, foi Procurador do Estado, Subchefe do Gabinete Civil do Governo do Estado (área de Consultoria Jurídica), Juiz do Trabalho Substituto (16ª Região), Professor do Departamento de Direito da UFMA e, em 1990, Procurador da República do Ministério Público Federal.

No Distrito Federal, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e Procurador Regional da República (1ª Região), exercendo o último cargo também no Estado de São Paulo (3ª Região).

No âmbito do Ministério Público Federal do Estado do Maranhão, atuou, como Procurador da República, na área criminal e na tutela de interesses difusos e coletivos; como Procurador Regional Eleitoral e Procurador Regional Eleitoral Substituto.

Foi Coordenador de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos da Procuradoria da República no Estado do Maranhão; Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado; Membro do Conselho Penitenciário do Estado; Procurador Regional dos Direitos do Cidadão; Membro do Grupo de Estudos de Combate ao Crime Organizado, da Escola Superior do Ministério Público; e Membro do Grupo de Trabalho criado pela Portaria Conjunta nº 2527, de 21.12.2006, do Procurador-Geral da República e do Ministro da Justiça, com a atribuição de formular e aprofundar propostas

de procedimentos, diretrizes e prioridades no campo da detecção e repressão à macrocriminalidade.

No que concerne a atividades de cunho associativo, foi Presidente e Diretor Cultural da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Na área acadêmica, o indicado possui quatro livros publicados e diversos artigos em revistas especializadas, além de ter atuado como orientador em trabalhos acadêmicos. Também apresenta participação como palestrante e expositor em inúmeros congressos e seminários.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2007.

Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente

Senador Aloizio Mercadante, Relator